

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0005681-77.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JURACI CARDOSO DOS SANTOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

JURACI CARDOSO DOS SANTOS (R.G. 29.857.304), qualificado nos autos, foi denunciado e pronunciado como incurso nas penas do artigo 121, "caput", c.c. artigo 14, inciso II, do Código Penal, porque no dia 27 de maio de 2013, durante o período noturno, na Praça Ronald Golias, bairro Aracy II, nesta cidade, tentou matar, mediante disparos de arma de fogo, Sandro Lúcio Gomes, causando-lhe lesões corporais de natureza grave.

Na data de hoje, submetido a julgamento do Júri, os senhores jurados reconheceram que o réu praticou uma tentativa de homicídio, negando ainda a absolvição pela tese da legítima defesa putativa e rejeitando também a sustentação do homicídio privilegiado em decorrência de violenta emoção por ato injusto da vítima.

Atendendo a esta decisão do Conselho de Sentença, passo a fixar a pena.

Considerando todos os elementos formadores do artigo 59, do Código Penal, que o réu é tecnicamente primário e tem em seu favor a atenuante da confissão espontânea, estabeleço desde logo a pena-base no mínimo, ou seja, em seis anos de reclusão. Não há modificação na segunda fase por inexistir circunstância agravante e a atenuante, embora presente, a da confissão espontânea, não causa modificação da pena-base por ter sido estabelecida no mínimo, não podendo ir aquém disso (Súmula 231 do STJ). Tratando-se de crime tentado e observado o "iter criminis" percorrido, imponho a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

redução de metade, resultando a pena definitiva em três anos de reclusão.

Tratando-se de crime cometido com violência contra a pessoa não é possível aplicação de pena substitutiva de que trata o artigo 44 do Código Penal.

CONDENO, pois, JURACI CARDOSO DOS SANTOS, à pena de três (3) anos de reclusão, por ter infringido o artigo 121, "caput", c.c. o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Sendo tecnicamente primário, fica estabelecido o regime aberto para o cumprimento da pena.

Como o réu aguardou solto o julgamento e não havendo causa modificadora, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade. Oportunamente, expeça-se mandado de prisão, quando serão estabelecidas as condições do regime.

Pagará ainda a taxa judiciária correspondente.

Dá-se a presente por publicada em plenário.

Registre-se e comunique-se.

São Carlos, Sala Secreta das Decisões do Tribunal do Júri, aos 10 de setembro de 2015, às 17h30.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**